



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Estudo Técnico Preliminar  
(Processo administrativo nº 23076.052292/2023-09)

Equipe de Planejamento da Contratação

(PORTARIA DE DESIGNAÇÃO Nº 68, DE 15 DE MAIO DE 2023 /DLC-PROGEST)

## 1. Objeto/Objetivo

---

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de execução de obras para **Construção do Dissipador de Energia Pluvial na Concha Acústica - CCEE, situada no Campus Joaquim Amazonas da UFPE**. A obra será realizada no Complexo de Convenções, Eventos e Entretenimento (CCEE) da Universidade Federal de Pernambuco, compreendendo uma área total de intervenção de 300,00 m². A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

## 2. Referência legal

---

Relacionam-se diretamente ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) os seguintes instrumentos normativos:

### 2.1. Licitações e contratos administrativos

- I. Lei Federal nº 8.666/93 (Dispõe sobre licitações e contratos administrativos);
- II. Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- III. Instrução Normativa nº 40/2020 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

IV. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

## **2.2. Proteção ambiental**

I. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil);

II. Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal);

III. IN 01/2010 (Dispões sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).

## **2.3. Estruturas e fundações**

I. NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);

II. NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);

## **2.4. Canteiro de obras**

I. NR 1 (Disposições gerais);

II. NR 4 (Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho);

III. NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);

IV. NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

V. NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

VI. NR 8 (Edificações);

VII. NR 9 (Programa de prevenção de riscos ambientais);

VIII. NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- IX. NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);
- X. NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);
- XI. NR 17 (Ergonomia);
- XII. NR 18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção);
- XIII. NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);
- XIV. NR 26 (Sinalização de segurança);
- XV. NR 28 (Fiscalização e penalidades);

## **2.5. Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação**

- I. Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas;
- II. Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96);
- III. Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97);

O rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de qualquer legislação e/ou norma técnica aplicável à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

## **3. Necessidade da Contratação**

---

A Concha Acústica do Campus Recife da UFPE, integra o Complexo de Convenções, Eventos e Entretenimento (CCEE) da Universidade Federal de Pernambuco. É o único complexo integrado que reúne Concha Acústica, Teatro, Cinema e Centro de Convenções de Pernambuco e notabiliza-se por possibilitar à sociedade pernambucana e nordestina, sobretudo, a utilização desse equipamento em eventos como colação de grau, formatura, congressos, seminários, fóruns, cursos, festivais, espetáculos teatrais, de dança e musicais e mostras culturais, dentre tantas outras possibilidades.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

A obra de Reforma, Recuperação e Complementação do Centro de Convenções e **Conjunto Arquitetônico da Concha Acústica da UFPE – 1º Etapa**, do Campus Recife da UFPE, conta com a existência de uma cobertura em membrana composta por material têxtil associado a cabos, conforme pode ser visto nas fotos abaixo:

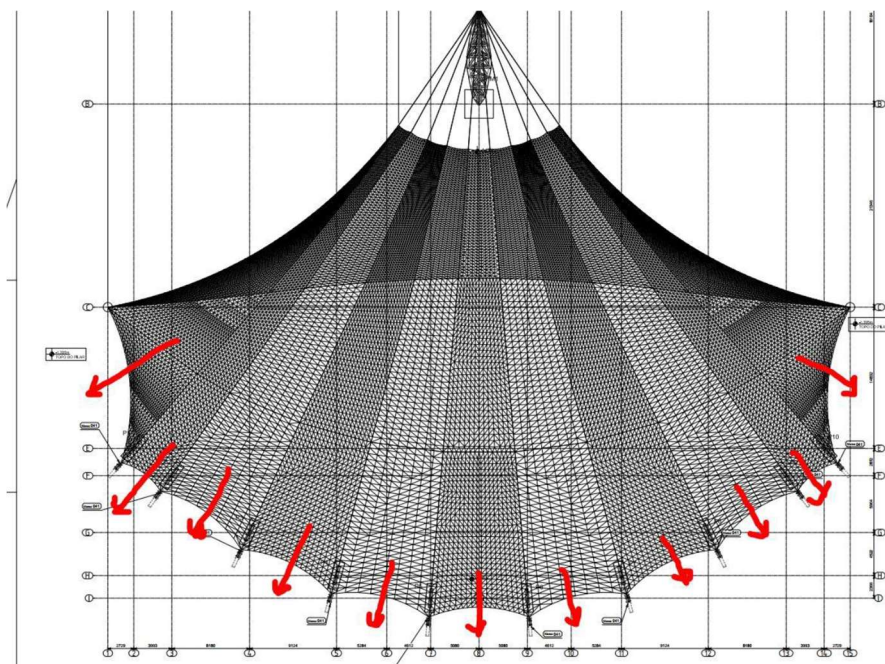






MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Ocorre que, a água proveniente da chuva cai da cobertura diretamente no terreno natural em todos esses pontos destacados por setas vermelhas na imagem abaixo:



Esta água está provocando o carreamento do solo ao redor da construção quer fica situada abaixo da cobertura em lona tensionada, em alguns pontos já está começando a descalçar a base, como pode ser visto nas fotos abaixo:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS



Nesse sentido, identificou-se que o carreamento do solo decorrente da queda de águas pluviais da cobertura da Concha Acústica está ocasionando o descalçamento do piso em concreto do equipamento, e provavelmente provocará danos à obra recém-concluída.

Sendo assim, a manutenção das condições de uso de forma adequada e segura é primordial, sobretudo em períodos de chuvas constantes que aumentam o fluxo de água que desce pela coberta composta por estrutura estática de lona/manta tensionada, erodindo o solo e comprometendo o piso.

Portanto, no intuito de assegurar o devido funcionamento do equipamento, faz-se necessário providenciar uma solução de engenharia que consiste na construção de um dissipador de energia pluvial, também conhecido como dissipador de energia hidráulica. Tal dissipador seria uma estrutura projetada para reduzir a velocidade da água de escoamento durante eventos de chuva intensa, minimizando a erosão do solo e os danos causados pelo escoamento de água em alta velocidade.

De tal forma, visando adequar a obra existente à solução pretendida dentro das normas técnicas vigentes, faz-se necessário a contratação de empresa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

especializada para executar os serviços previstos neste documento, uma vez que UFPE não tem contratos vigentes com este escopo, nem conta nos seus quadros com equipe que possa executar tal obra.

Por fim, a presente contratação tem por objetivos:

- Promover a conservação do equipamento cultural e garantir o seu bom funcionamento;
- Assegurar a segurança patrimonial e das pessoas que frequentam a concha acústica (UFPE);
- Minimizar os agravos ocasionados por efeitos das intempéries climáticas;
- Mitigar os riscos de danos oriundos do acúmulo de água que corre pela cobertura até o solo;
- Evitar problemas de erosão, desacelerando o escoamento da água durante eventos de chuva intensa;
- Manter as condições de garantia por parte do executante da obra da reforma da concha acústica estabelecidas no Contrato nº 04/2018

#### **4. Planejamento Estratégico**

---

- I. A contratação está alinhada ao Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, uma vez que a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de referência mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”;
- II. Está também de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, que possui como objetivo estratégico “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, de segurança e bibliotecas, garantindo a acessibilidade com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

eficácia”. Tal objetivo se desdobra em 10 ações, dentre as quais merece destaque a 17.6, que seria “Ampliar, recuperar e manter as edificações dos campi”;

- III. O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2023, no item 263/2023.

## **5. Requisitos da Contratação**

---

- I. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);
- II. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;
- III. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de personalidade e/ou subordinação direta;
  - a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;
  - b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
  - c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
  - d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;
  - f) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;
- IV. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;
- V. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;
- VI. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;
- VII. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;
- VIII. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;
- IX. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;
- X. A construção do sistema de dissipação de energia pluvial produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
  - B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.
  - C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.
  - D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.
- XI. A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:
- A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.
  - B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.
  - C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.
  - D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:
    - (i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

XII. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;

XIII. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

## **6. Estimativa das Quantidades**

---

6.1. Os serviços necessários à execução da obra, com seus locais indicados no projeto de drenagem tratam-se, principalmente, dos seguintes:

6.1.1. Preparação do local: A área onde o dissipador será construído deve ser limpa e preparada adequadamente;

6.1.2. Escavação: Esta etapa envolve a escavação do solo para criar a área onde o dissipador de energia será instalado;

6.1.3. Estrutura de concreto: Estrutura do dissipador de energia hidráulica em concreto;

6.1.4. Sistema de Drenagem: Construção de caixas de captação de águas pluviais e interligação das mesmas com tubulações previstas em projeto até o destino final, que no caso é o Riacho do Cavoco que passa ao lado da Concha Acústica;

6.1.5. Plantio de grama: Plantio de grama batatais no entorno dos dissipadores de energia.

## **7. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar**

---

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, diante do exposto no item 3 (Necessidade da Contratação) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para execução de dissipadores de energia pluvial em concreto, incluindo as adequações no entorno, é uma medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras.

Ademais, a construção do Dissipador de Energia Pluvial, não é dotada de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região. A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Além disso, os projetos foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local, conforme entendimento explicitado pelo Tribunal de Contas da União, no acórdão 719/2018-Plenário:

As regras e os critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (Sinapi e Sicro) , estabelecidos no Decreto 7.983/2013 - no caso de certames fundamentados na Lei 8.666/1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União -, bem como no art. 8º, §§ 3º, 4º e 6º, da Lei 12.462/2011, e no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016. Tais referenciais consideram, de forma direta ou indireta, os parâmetros salariais e outras



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

disposições de instrumentos de negociação coletiva de trabalho na formação de custos com a mão de obra.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para construção da construção do Dissipador de Energia Pluvial da Concha Acústica da UFPE, com fornecimento de mão de obra e materiais, mostra-se como a solução mais adequada e viável para atingir os escopos previstos para essa contratação.

## **8. Estimativas de preços ou preços referenciais**

---

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento anexo, o montante de **R\$ 116.938,57 (cento e dezesseis mil, novecentos e trinta oito reais e cinquenta e sete centavos).**

## **9. Descrição da solução como um todo**

---

- I. A solução desenvolvida na presente contratação **trata-se da execução de obra**, definida pelo artigo 6º, I, da lei 8.666/93 como “Toda construção, **reforma**, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta”;
- II. Trata-se, também, de **obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo**, definida pelo Art. 16, caput, da IN 05/2017, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”;
- III. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de **execução indireta**, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;
- IV. Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de **empreitada por preço unitário**, tendo em vista que, por tratar-se de intervenção em edificação existente, é possível que se constate, durante a execução, variações nos quantitativos determinados em projeto, conforme entendimento explicitado no Acórdão nº 1.977/2013, do Tribunal de Contas da União;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- V. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de **60 dias**;
- VI. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste documento **não exige dedicação exclusiva de mão de obra**, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.
- VII. A solução para as necessidades apontadas neste estudo consiste na construção de um **Dissipador de Energia Pluvial na Concha Acústica**, onde as principais intervenções, consistem em:
1. Escavação do local da construção dos dissipadores;
  2. Construção do sistema de dissipação de energia pluvial ao longo do perímetro demarcado;
  3. Escavação de valas e caixa de drenagem;
  4. Construção de caixas de drenagem;
  5. Fornecimento e assentamento de tubo de pvc de drenagem;
  6. Reaterro manual de vala com compactação;
  7. Plantio de grama batatais em placas

#### **10. Justificativas para o parcelamento ou não da solução**

---

Consoante a **súmula 247** do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo** ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, é o que adverte o Tribunal de Contas da União:

“É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.”

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

## **11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis**

---

Espera-se que, após a conclusão da obra planejada, haja a resolução do problema de erosão presente em parte do equipamento, especialmente por meio da construção do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

oferecimento de uma solução de reparação do solo e escoamento adequado das águas pluviais.

## **12. Providências para adequação do ambiente do órgão**

---

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

- I. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.
- II. Será necessária a elaboração de estudos, por parte dos dirigentes CCEE/GR/UFPE, no sentido de avaliar o impacto da execução das obras nas atividades rotineiras desenvolvidas na edificação.
- III. O cronograma da obra bem como o mapa de risco, estarão anexos ao processo da licitação nos termos da IN 05/2017.

## **13. Declaração da viabilidade ou não da contratação**

---

Diante do exposto, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

Recife, 05 de junho de 2023.

Assinatura dos Membros da Equipe de Planejamento

<b>NOME DO(A) SERVIDOR(A)</b>	<b>MATRÍCULA SIAPE</b>	<b>PARECER (FAVORÁVEL/DESFAVORÁVEL)</b>
Geraldo Cabral de Carvalho Filho	2060183	FAVORÁVEL
Nicolau Firmo Barbosa Spinelli	3207458	FAVORÁVEL
Maria Isabel Pinto de Oliveira	1133506	FAVORÁVEL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Aprovo :

---

Assinatura da autoridade competente



Emitido em 16/08/2023

**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 12/2023 - DPP (11.02.04)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 16/08/2023 12:10 )*

**CARLOS HENRIQUE LOPES FALCAO**

*SUPERINTENDENTE - TITULAR*

*SPO-UFPE (11.02.01)*

*Matrícula: ###346#5*

*(Assinado digitalmente em 16/08/2023 11:57 )*

**MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA**

*DIRETOR - TITULAR*

*DPP (11.02.04)*

*Matrícula: ###330#6*

*(Assinado digitalmente em 16/08/2023 11:03 )*

**NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI**

*ARQUITETO E URBANISTA*

*CA SPO (11.02.05)*

*Matrícula: ###074#8*

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **12**, ano: **2023**, tipo:  
**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **16/08/2023** e o código de verificação: **8e90b3d8cb**